

Editorial

Em que pesem os avanços da sociedade do conhecimento, do aperfeiçoamento tecnológico e, sobretudo, do aumento bruto da riqueza global, o mundo vive uma crise abissal e ímpar de desigualdades entre os povos e entre os indivíduos. De acordo com os relatórios publicados pela Oxfam e o Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro¹, o 1% dos mais ricos do mundo detém mais riqueza que todos os outros; oito homens detém a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo, apenas para citar dois picos deste iceberg monstruoso de desigualdades no planeta. A riqueza das corporações ultrapassa em muito a das economias nacionais: as cinco maiores empresas do mundo, juntas, têm um valor maior do que o PIB combinado de todas as economias da África, da América Latina e do Caribe. A ganância incontrolada do capital parece também responsável por outras monstruosidades como as guerras e os genocídios que visam a ocupação de territórios e a exploração e a dominação das pessoas. Assistimos em Gaza, e agora no Líbano, a investida genocida do estado de Israel, com o apoio estadunidense e europeu, de dominação total do território palestino e sua apropriação. Riqueza desigual imbrica-se, necessariamente, com a vertigem da pulsão de dominar o outro, sua destituição e aviltamento. Há que se chamar a atenção para a situação das crianças e dos jovens no contexto de tais dinâmicas do capitalismo global: as crianças e os jovens continuam sendo a categoria social mais afetada pelo impacto cruel e de longo prazo das guerras, fome, miséria e desigualdades. Neste sentido, a produção de conhecimento científico no campo da infância e juventude não pode ficar alheia a essa determinação estrutural que continua situando, implacavelmente, as crianças e os jovens como os sujeitos mais destituídos do planeta.

A aposta da Revista DESIDADES, desde seu lançamento de 2013, tem sido no compromisso ético-político de contribuir para a transformação da estrutura de desigualdades que tem a condição geracional como um de seus marcadores cruciais. Isso significa assumir que nenhuma produção de conhecimento é neutra, e mais ainda, que os processos de publicação e circulação de conhecimentos científicos estão articulados a uma economia política desse conhecimento que pode favorecer, ou não, a visibilização e a legitimação de agendas de pesquisa, nacional e internacionalmente, que contribuam para a mitigação das desigualdades geracionais (CASTRO, 2021)². Sem dúvida, estamos consolidando um enveredar de processo editorial científico cujo caminho é longo. No entanto, cada vez mais, a presença mais abrangente de autores/as dos países latino-americanas na Revista tem se mobilizado para fazer valer a importância da discussão científica na área de estudos inter e transdisciplinares da infância, adolescência e juventude, com consequências nas políticas públicas e na distribuição da riqueza de forma mais justa entre as gerações.

1 Acesso em: <<https://oxfamibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620170/bp-economy-for-99-percent-161017-summ-pt.pdf;jsessionid=62DDF49DB80B7AA1C5AC748A240E8CB7?sequence=31>
<https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=3477>>

2 Ver, para uma discussão mais aprofundada, L. R. de Castro, Políticas de internacionalização no ensino superior: Desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. *Psicologia Política* vol. 21, n. 50, 39-56, 2021.

Nesta 39ª edição da Revista, trazemos aos leitores um conjunto de artigos que, coincidentemente, nos convoca a um aprofundamento acerca das múltiplas faces deste impacto que as desigualdades infligem sobre os jovens e as crianças. Uma das mais pungentes, no contexto brasileiro especialmente, é discutida no artigo de Lima e Quixadá tematizando o extermínio de jovens pobres, moradores da periferia da cidade de Fortaleza. A “política de morte” das juventudes pobres assombra a riqueza e o desenvolvimento de metrópoles, como Fortaleza, que se modernizam sobre um manto de sangue. Na interseção do marcador geracional com a raça e a classe social, Brito, Detoni, Fiabani e Saraiva Jr discutem os efeitos do racismo estrutural sobre a saúde mental de adolescentes de uma escola pública brasileira que adoecem frente a falta de suporte social, redes e políticas antirracistas que possam fazer frente a uma micropolítica de exclusão e aviltamento nas relações cotidianas entre jovens, e em relação a eles.

Por outro lado, há uma preocupação de muitos pesquisadores em investigar as linhas de fuga frente ao cenário das múltiplas opressões em que os jovens se encontram. Lago, no seu artigo sobre estudantes argentinos de Comodoro Rivadavia, Argentina, reivindica as possibilidades de politização desses estudantes que abrangem tanto sua capacidade política de problematizar as estruturas e as desigualdades das instituições educativas como sua ação pública em movimentos de protesto. A participação reflexiva dos jovens é também reivindicada por Hahne, quando analisa como os jovens, em atendimento socioeducativo, podem problematizar os sentidos hegemônicos da socioeducação que lhes são impostos desafiando, portanto, uma ordem geracional que lhes restringe autonomia e libertação. Na mesma veia, Silva e Pretto trazem os sentidos do protagonismo dos jovens em uma escola pública em Florianópolis, Brasil, onde as hierarquias geracionais são denunciadas pelos jovens como fator que dificulta os processos de aprendizagem e seu envolvimento participativo na escola.

A luta dos jovens para pertencer e participar dos processos de decisão se torna visível na medida em que, para a maioria deles, há cerceamentos para uma participação efetiva. A começar pela falta de oportunidades de trabalho e emprego, tema que é discutido por Silva e Pessoa, quando analisam as exigências de qualificação para o segmento social de jovens brasileiros e suas reais chances de fazerem face a tais demandas. Da Colômbia, Muñoz-Echeverri, Noreña-Herrera, Velásquez-Quintero, Monsalve-López, Zapata-Álvarez e Rendón trazem a perspectiva dos jovens e crianças que estão sob a proteção estatal e como eles, mesmo sob tais condições, demandam a participação nos processos de decisão. O pertencimento e a participação implicam que os jovens possam se posicionar como sujeitos – quem são, o que querem, como narram suas histórias, com quais grupos se identificam. A partir da experiência com jovens em contextos escolares de Córdoba, Argentina, Maggi nos apresenta como a questão da migração, que envolve hoje números crescentes de jovens e crianças, coloca desafios enormes para o pertencimento e a identidade dos jovens.

Por fim, temos o artigo assinado por um elenco de pesquisadores/as – Silva, Quintero, Pasquim, Trapé, Pena e Lachtim – que põe em discussão como, para adolescentes jovens pobres da periferia de Belo Horizonte, Brasil, é possível, tanto como desejável, a construção de projetos de vida, dimensão que depende, no entanto, de que as jovens possam ser acompanhadas e assistidas neste processo de autoconhecimento e conhecimento do outro.

Duas resenhas, na Seção de Informações Bibliográficas, compõem a presente edição: o livro *Crianças que não veem o sol* é resenhado por Vanessa dos Santos, e o livro *La cruzada de los niños: intelectuales, infancia y modernidade literaria en America Latina*, resenhado por Jacqueline Teixeira.

Apresentamos também aos leitores/as o levantamento dos livros publicados no período de abril a setembro de 2024 sobre infância, adolescência e juventude, nas áreas das ciências humanas e sociais, nos sites das respectivas editoras de diferentes países da América Latina. Ao todo, foram 27 obras mapeadas por nossa equipe técnica.

Boa leitura a todos e todas!

Lucia Rabello de Castro
Editora Chefe

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTRO, L. R. Políticas de internacionalização no ensino superior: Desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. *Psicologia Política* v. 21, n. 50, P. 39-56, 2021.

Editorial

A pesar de los avances de la sociedad del conocimiento, de las mejoras tecnológicas y, sobre todo, el bruto aumento de la riqueza global, el mundo vive una crisis abismal y única de desigualdades entre pueblos e individuos. Según informes publicados por Oxfam y el Observatório das Desigualdades de la Fundação João Pinheiro¹, el 1% más rico del mundo posee más riqueza que todos los demás; ocho hombres poseen la misma riqueza que la mitad más pobre del mundo, por citar sólo dos picos de este monstruoso iceberg de desigualdades en el planeta. La riqueza de las empresas supera con creces la de las economías nacionales: las cinco mayores empresas del mundo juntas valen más que el PBI combinado de todas las economías de África, América Latina y el Caribe. La codicia incontrolada del capital también parece ser responsable de otras monstruosidades como las guerras y los genocidios destinados a ocupar territorios y explotar y dominar a las personas. Hemos visto en Gaza, y ahora en Líbano, la arremetida genocida del Estado de Israel, con el apoyo estadounidense y europeo, para dominar completamente el territorio palestino y apropiarse de él. La desigualdad de riqueza se entrelaza necesariamente con el vértigo de la pulsión de dominar al otro, de desposeerlo y degradarlo. Hay que llamar la atención sobre la situación de los niños y los jóvenes en el contexto de estas dinámicas del capitalismo global: los niños y los jóvenes siguen siendo la categoría social más afectada por el impacto cruel y a largo plazo de las guerras, el hambre, la miseria y las desigualdades. En este sentido, la producción de conocimiento científico en el ámbito de la infancia y la juventud no puede permanecer ajena a esta determinación estructural que sigue situando, implacablemente, a los niños y jóvenes como los sujetos más desfavorecidos del planeta.

Desde su lanzamiento en 2013, la Revista DESIDADES ha asumido el compromiso ético y político de contribuir a la transformación de la estructura de desigualdades que tiene en la condición generacional uno de sus marcadores cruciales. Esto supone asumir que ninguna producción de conocimiento es neutra y, más aún, que los procesos de publicación y circulación del conocimiento científico están vinculados a una economía política de ese conocimiento que puede favorecer, o no, la visibilidad y legitimación de agendas de investigación, nacionales e internacionales, que contribuyan a mitigar las desigualdades generacionales (CASTRO, 2021)². Sin duda, estamos consolidando un proceso de publicación científica que tiene mucho camino por recorrer. Sin embargo, cada vez más, la mayor presencia de autores/as de países latinoamericanos en la Revista se ha movilizad para defender la importancia de la discusión científica en el área de los estudios inter y transdisciplinarios de la infancia, adolescencia y juventud, con consecuencias para las políticas públicas y la distribución más justa de la riqueza entre las generaciones.

1 Disponible en: <<https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620170/bp-economy-for-99-percent-161017-summ-pt.pdf;jsessionid=62DDF49DB80B7AA1C5AC748A240E8CB7?sequence=31>>
<<https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=3477>>

2 Véase, para un análisis más profundo, L. R. de Castro, Políticas de internacionalização no ensino superior: Desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. *Psicologia Política* vol. 21, n. 50, 39-56, 2021.

En esta 39ª edición de la Revista, traemos un conjunto de artículos que, coincidentemente, nos llaman a profundizar en las múltiples caras del impacto que las desigualdades tienen sobre los jóvenes y los niños. Una de las más conmovedoras, especialmente en el contexto brasileño, se aborda en el artículo de Lima y Quixadá sobre el exterminio de jóvenes pobres que viven en la periferia de la ciudad de Fortaleza. La “política de muerte” de los jóvenes pobres persigue la riqueza y el desarrollo de metrópolis como Fortaleza, que se modernizan bajo un manto de sangre. En la intersección del marcador generacional con la raza y la clase social, Brito, Detoni, Fiabani y Saraiva Jr discuten los efectos del racismo estructural en la salud mental de los adolescentes de una escuela pública brasileña que enferman debido a la falta de apoyo social, redes y políticas antirracistas que puedan hacer frente a una micropolítica de la exclusión y el envilecimiento en las relaciones cotidianas entre los jóvenes, y en relación con ellos.

Por otro lado, muchos investigadores se preocupan por investigar las líneas de fuga frente al escenario de múltiples opresiones en el que se encuentran los jóvenes. Lago, en su artículo sobre los estudiantes argentinos de Comodoro Rivadavia, Argentina, reivindica las posibilidades de politización de estos estudiantes que incluyen tanto su capacidad política para problematizar las estructuras y desigualdades de las instituciones educativas como su actuación pública en movimientos de protesta. La participación reflexiva de los jóvenes también es reivindicada por Hahne, cuando analiza cómo los jóvenes en atención socioeducativa pueden problematizar los sentidos hegemónicos de la socioeducación que les son impuestos, desafiando así un orden generacional que restringe su autonomía y liberación. En la misma línea, Silva y Pretto analizan los sentidos del protagonismo juvenil en una escuela pública de Florianópolis, Brasil, donde las jerarquías generacionales son denunciadas por los jóvenes como un factor que dificulta los procesos de aprendizaje y su implicación participativa en la escuela.

La lucha de los jóvenes por pertenecer y participar en los procesos de toma de decisiones se hace visible en la medida en que, para la mayoría de ellos, existen barreras para una participación efectiva. Empezando por la falta de oportunidades de trabajo y empleo, tema tratado por Silva y Pessoa, cuando analizan los requisitos de calificación para el segmento social de los jóvenes brasileños y sus posibilidades reales de cumplir con estas exigencias. Desde Colombia, Muñoz-Echeverri, Noreña-Herrera, Velásquez-Quintero, Monsalve-López, Zapata-Álvarez y Rendón aportan la perspectiva de los jóvenes y niños que se encuentran bajo la protección del Estado y cómo ellos, aún en estas condiciones, demandan participación en los procesos de toma de decisiones. La pertenencia y la participación implican que los jóvenes puedan posicionarse como sujetos – quiénes son, qué quieren, cómo cuentan sus historias, con qué grupos se identifican. A partir de su experiencia con jóvenes en contextos escolares de Córdoba, Argentina, Maggi nos muestra cómo el tema de la migración, que hoy involucra a un número creciente de jóvenes y niños, plantea enormes desafíos para la pertenencia y la identidad de los jóvenes.

Finalmente, tenemos el artículo firmado por un grupo de investigadores – Silva, Quintero, Pasquim, Trapé, Pena y Lachtim – que discute cómo, para jóvenes adolescentes pobres de la periferia de Belo Horizonte, en Brasil, es posible, tanto como deseable, construir proyectos de vida, dimensión que depende, sin embargo, de que los jóvenes sean acompañados y asistidos en ese proceso de autoconocimiento y de conocimiento del otro.

Dos reseñas, en la Sección de Información Bibliográfica, componen esta edición: el libro *Crianças que não veem o sol* es reseñado por Vanessa dos Santos, y el libro *La cruzada de los niños: intelectuales, infancia y modernidad literaria en América Latina* es reseñado por Jacqueline Teixeira.

También presentamos a los lectores un relevamiento de los libros publicados entre abril y septiembre de 2024 sobre infancia, adolescencia y juventud en las áreas de las ciencias humanas y sociales, en los sitios web de las respectivas editoriales en diferentes países de América Latina. En total, 27 obras fueron mapeadas por nuestro equipo técnico.

¡Feliz lectura a todos y todas!

Lucía Rabello de Castro
Jefa de Edición

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTRO, L. R. Políticas de internacionalização no ensino superior: Desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. *Psicologia Política* v. 21, n. 50, P. 39-56, 2021.